

# Sindicato mobiliza categoria para negociações coletivas

Está dada a largada para as campanhas salariais. Por ser uma categoria diferenciada, que atua em diversos ramos de atividade, o Sindicato tem uma extensa lista de negociações, que envolve diversas empresas e sindicatos patronais. Neste primeiro semestre estão previstas negociações que afetam os engenheiros da construção civil de Juiz de Fora (Sinduscon-JF), metroviários (CBTU), administração pública municipal de Belo Horizonte (BHTrans, SLU, Sudecap, Urbel e administração direta) e de Juiz de Fora e engenharia consultiva (Sinaenco). Veja nas páginas 4 e 5 como anda a mobilização da categoria e as suas principais reivindicações.



## JF quer urgência para transposição

O II Seminário Regional do Senge-MG, realizado no dia seis de março e organizado pela Diretoria Regional Zona da Mata, teve como tema a Linha Férrea em Juiz de Fora. A principal conclusão tirada pelos participantes foi que a transposição da linha férrea que corta o centro de Juiz de Fora precisa ser feita com urgência. Os palestrantes do evento foram o secretário de Planejamento e Gestão Estratégica da Prefeitura de Juiz de Fora, José Maurício Gomes, e o especialista em Transportes, Willian Aquino Pereira. Os desdobramentos do Seminário estão na página 2

## Copasa com novas subsidiárias

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em turno único, o Projeto de Lei (PL) 3.374/06, do governador Aécio Neves, que cria subsidiárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). As duas novas subsidiárias vão executar serviços de irrigação para o Projeto Jaíba e prestar serviços de abastecimento de água e saneamento básico nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus e em cidades que apresentem déficit operacional, onde a Copasa atue ou venha a atuar. Veja na página 3 como esta divisão afeta a população.

## Os desafios da mulher no século XXI

No dia 8 de março foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. As comemorações destacaram o resultado de suas lutas pelo reconhecimento do seu papel social, contra os preconceitos e limitações que ainda lhe são impostos e os espaços conquistados. Mas, também, lembraram que ainda persistem desigualdades no tratamento, principalmente no mercado de trabalho. Na página 7, o Senge Informa traz um artigo da economista Dirlene Marques Trindade, que aborda o histórico das suas lutas e os seus desafios nos dias de hoje.

## Emenda 3: veto merecido

No dia 16 de março o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a Emenda 3, que foi incluída pelo Congresso Nacional no Projeto de Lei que cria a Receita Federal do Brasil. Com o veto, evitou que um retrocesso acontecesse no universo trabalhista. Mas o que significa essa Emenda? E por que seu veto significou tanto para os trabalhadores e para o movimento sindical?

A Emenda 3 proíbe o auditor fiscal de multar empresas que contratam profissionais como pessoas jurídicas, ela condiciona a fiscalização

do Ministério do Trabalho a uma prévia análise feita pela Justiça do Trabalho. Isso significa que seria necessária uma decisão judicial para que a fiscalização das relações de trabalho pudesse ser feita.

O que há de errado com isso? A Emenda 3 fere a Constituição, uma vez que interfere na separação dos poderes, já que condiciona a fiscalização, uma atividade a cargo do Executivo, a uma decisão do Poder Judiciário. Além disso, ela impede a "inspeção do trabalho" através dessa barreira à fiscalização. Com isso, ela constrói um ambiente propício

a contratações fraudulentas e a um maior congestionamento do judiciário, já que este vai virar um instrumento para os empresários sem escrúpulos.

A Emenda também contraria o interesse público, ao privar o trabalhador do seu direito de ser protegido pelo Estado das formas precárias de contratação e trabalho. Pretende-se, com a Emenda, que o profissional possa ser contratado como pessoa jurídica, o que possibilitaria à empresa contratante de se isentar dos direitos trabalhistas e encargos sociais, jogando tudo nas cos-

tas do contratado. Não haveria aumento do número de empregos, nem mais como o trabalhador cobrar férias, FGTS, 13º salário ou qualquer outro benefício.

É, por isso, que o Senge, assim como diversos outros sindicatos e centrais sindicais do país, é a favor do veto e vai lutar pela sua manutenção. Para impedir que novas relações escusas de trabalho sejam criadas, para impedir a facilitação do trabalho escravo e para evitar que direitos conseguidos ao longo dos anos se percam de forma leviana.

## Seminário aponta solução para trânsito em Juiz de Fora

A transposição da linha férrea que corta o centro de Juiz de Fora precisa ser feita com urgência. Essa foi a principal conclusão do II Seminário Regional do Senge Minas Gerais, realizado no dia seis de março pela Diretoria Regional Zona da Mata e que teve como tema a Linha Férrea em Juiz de Fora. O evento teve como palestrantes o secretário de Planejamento e Gestão Estratégica da Prefeitura de Juiz de Fora, José Maurício Gomes, e o especialista em Transportes, Willian Aquino Pereira.

Para João Vieira de Queiroz Neto, diretor regional do Sindicato, mesmo se o contorno ferroviário for construído, a transposição é necessária porque a linha vai continuar interferindo no deslocamento da população. A interrupção de cinco horas diárias do trânsito por causa da passagem dos trens é um dos maiores problemas causados pela localização da linha férrea. "A mobilidade das pessoas fica prejudicada. A população fica privada de seu direito de ir e vir", afirma João Queiroz. Além disso, a presença dos trens em meio ao trânsito representa um risco a mais

para os moradores da cidade.

De acordo com o diretor do Senge, o Seminário resultou também na proposta de criação de uma cartilha de esclarecimento sobre o assunto. "Seria uma forma de divulgar os resultados do Seminário para que não se perca a força e a mobilização conseguida", observa ele.

A situação em Juiz de Fora não é recente, porém, a falta de recursos é um dos obstáculos para a solução do problema. "Antes de tudo, é preciso recursos para se elaborar um projeto executivo operacional. Sem esse projeto, não é possível fazer obra nenhuma", constata o diretor. O Senge entrou em contato com a Prefeitura de Juiz de Fora para solicitar recursos e está na expectativa.

Para Queiroz, a participação da sociedade é essencial. "Queremos realçar a transposição da linha e, para isso, é necessário fazer uma grande mobilização, para que o Executivo providencie a superação do trem."

### Alternativas

Existem duas propostas para se resolver o problema em Juiz de

Fora. Uma delas é a transposição, que seria a construção de viadutos ou trincheiras para possibilitar a passagem de veículos sobre ou abaixo da linha. Essa seria a opção mais viável, custando R\$ 32 milhões. A outra alternativa seria o contorno viário, que permitiria a

retirada dos trens de carga do centro da cidade, com a construção de 50 quilômetros de linha férrea saindo de Cotegipe e indo até Barreira do Triunfo, em Juiz de Fora. A obra, no entanto, precisaria de um investimento de R\$ 320 milhões.



João Queiroz, diretor regional do Senge na Zona da Mata abre o II Seminário Regional que contou com grande participação da categoria e comunidade de Juiz de Fora.



**Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais**  
Rua Espírito Santo, 1.701 - Bairro Lourdes  
CEP 30160-031 - Belo Horizonte-MG  
Tel.: (31) 3271.7355 - Fax: (31) 3226.9769  
e-mail: [sengemg@sengemg.org.br](mailto:sengemg@sengemg.org.br)  
site: [www.sengemg.org.br](http://www.sengemg.org.br)

**GESTÃO 2004/2007 - DIRETORIA EXECUTIVA:**  
Presidente: Eng. Nilo Sérgio Gomes - Vice-presidente: Eng. Rubens Martins Moreira - 2º Vice-presidente: Eng. José Flávio Gomes - Diretor Secretário Geral: Eng. Eustáquio Pires dos Santos - Diretor 1º Secretário: Eng. Paulo Henrique Francisco dos Santos - Diretor 1º

Tesoureiro: Eng. Abelardo Ribeiro de Novaes Filho - Diretor 2º Tesoureiro: Eng. Lucas Rocha Carneiro - Diretor Negociações Coletivas: Eng. Alexandre Heringer Lisboa (licenciado) - Diretor Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente: Eng. Jobson Nogueira de Andrade - Diretor de Promoções Culturais: Eng. Antonio Alves de Araujo - Diretor Relações Inter-sindicais: Eng. Jairo Ferreira Fraga Barrioni - Diretor Saúde e Segurança do Trabalhador: Eng. Evaldo de Souza Lima - Diretor Assuntos Jurídicos: Eng. Anivaldo Matias de Souza - Diretor Assuntos Comunitários: Eng. Laurete Martins Alcantara Sato - Diretor de Imprensa e Informação: Eng. Valmir dos Santos - Diretor Estudos Sócio-Econômicos: Eng. Arnaldo Alves de Oliveira - Diretor de

Interiorização: Eng. Antonio DiasVieira - CONSELHO FISCAL: Carlos Moreira Mendes, Lucio Fernando Borges, José Tarcisio Caixeta (licenciado), José Jorge Leite, Marcelo de Camargos Pereira - DIRETORIA REGIONAL ZONA DA MATA: João Vieira de Queiroz Neto, Silvio Rogério Fernandes, Vania Barbosa Vieira (licenciada) - DIRETORIA REGIONAL VALE DO AÇO: Luiz Antonio Lobo de Abreu - DIRETORIA REGIONAL CAMPOS DAS VERTENTES: Domingos Palmeira Neto, Nelson Henrique Nunes de Sousa, Sebastião Ferreira Machado Filho, Wilson Antonio Siqueira - DIRETORIA REGIONAL SUL: Antonio Azevedo, João Batista Lopes Jr., Marco Aurélio Ribeiro, Paulo Roberto Mandello - DIRETORIA REGIONAL TRIÂNGULO: Emidio

Moreira da Costa (licenciado), Jam Antunes, Libencio Salomão de Deus Mundim, Whaler Eustáquio Dias

**senge**  
INFORMA

Jornalista responsável: Miguel Ângelo Teixeira - Redação e Edição: Miguel Ângelo Teixeira e Luiza Nunes de Lima Revisão: Rita dos Santos Logística de distribuição: Gabriel, Farlei, Ferreira e Renato. Arte final: Viveiros Edições (8872-6080) - Impressão: Fumar

## COPASA

# Assembléia aprova criação de subsidiárias

**A** Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em turno único, o Projeto de Lei (PL) 3.374/06, do governador Aécio Neves, que cria subsidiárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). As duas novas subsidiárias vão executar serviços de irrigação para o Projeto Jaíba e prestar serviços de abastecimento de água e saneamento básico nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus e em cidades que apresentem déficit operacional, onde a Copasa atue ou venha a atuar.

Contrário à criação das subsidiárias, o Senge Minas Gerais conseguiu negociar diversos pontos, durante os debates que antecederam a votação, que tornaram a aprovação da lei menos prejudicial aos trabalhadores. A participação do Sindicato no Ciclo de Debates "As Novas Diretrizes do Saneamento Básico – Contribuições para o debate do Projeto de Lei 3.374/06, que cria as subsidiárias da Copasa", promovido pela Assembléia Legislativa nos dias 6 e 7 de março, pode ser considerada como marco importante e decisivo desse processo.

De acordo com Nilo Sérgio Gomes, presidente do Sindicato, a maior preocupação era de que a criação de subsidiárias pudesse comprometer a Copasa e seus funcionários. "A subsidiária teria que reduzir os cus-

tos operacionais e as tarifas cobradas pelos serviços. Essa redução poderia prejudicar os salários dos trabalhadores", observa ele.

A principal conquista do Senge Minas Gerais, segundo Nilo Sérgio, foi a retirada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicador relevante para justificar a atuação de uma subsidiária em determinado município. Para o presidente isso é importante porque o projeto foi baseado em um IDH menor do que a média de Minas Gerais. Além disso, o Sindicato conseguiu participação no Conselho Administrativo e Fiscal da subsidiária e também impossibilitou a transferência de trabalhadores entre a matriz e a filial. A Copasa, no entanto, pode ceder funcionários com a condição de que estes não percam direitos.

As discussões sobre o projeto tiveram papel importante, também, na reativação da Frente Estadual pelo Saneamento Ambiental (Fesa). Com a realização de reuniões no Sindicato, criou-se, inclusive, uma Comissão Executiva Provisória para a Frente. Os engenheiros interessados em receber informações ou participar das reuniões devem se cadastrar enviando um e-mail para [sengemg@sengemg.org.br](mailto:sengemg@sengemg.org.br). Os encontros acontecem toda terça-feira, às sete e meia da noite.

## Atuação regionalizada

A nova empresa subsidiária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), com criação prevista pela aprovação do Projeto de Lei 3.374/06, terá como objetivo oferecer serviços de saneamento básico e abastecimento de água, exclusivamente, para cidades do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

O projeto inicial, modificado pela base do governador Aécio Neves na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no começo do mês de março, previa uma atuação da subsidiária em 250 municípios do estado com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No entanto, segundo Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge Minas Gerais, a diminuição dos custos da Copasa, ob-

jetivo alegado para a criação da subsidiária, não se concretizaria se esta prestasse serviços a tantas localidades. "A nova empresa seria tão grande quanto a estatal e acabaria se tornando uma concorrente da Copasa", observa ele.

A regionalização, porém, não é uma solução bem vinda para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (Sindágua), José Maria dos Santos, que lutou contra a aprovação do Projeto de Lei. Para ele, uma subsidiária não é necessária para atuar nas comunidades carentes. "A empresa (Copasa) já tem tecnologia para atuação nessas cidades", afirma.



O presidente do Senge, Nilo Sérgio Gomes, no ciclo de debates promovido pela Assembléia Legislativa.

## AGE aprova mudanças no estatuto do Senge-MG

Com o objetivo de adaptar o seu estatuto ao novo Código Civil Brasileiro, foi realizada, no dia 22 de março, a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) do Sindicato de Engenheiros de Minas Gerais. A AGE foi precedida pela reunião do Conselho Diretor que, além de analisar o desempenho financeiro da instituição, debateu e indicou

as modificações a serem feitas no estatuto. As alterações aprovadas pela AGE dizem respeito à responsabilidade dos diretores, sócios e da entidade; a exclusão de sócios; composição da diretoria executiva, regionais e número de integrantes para chapas concorrentes às eleições da entidade.



Engenheiros e engenheiras na Assembléia Geral que aprovou as mudanças no estatuto do Sindicato.



# Negociações coletivas mobilizam o Sindicato

**E**stá dada a largada para as campanhas salariais. Por ser uma categoria diferenciada, que atua em diversos ramos de atividade, o Sindicato tem uma extensa lista de negociações, que envolve diversas empresas e sindicatos patronais. Neste primeiro semestre estão previstas negociações que afetam os engenheiros da construção civil de Juiz de Fora (Sinduscon-JF), metroviários (CBTU), administração pública municipal de Belo Horizonte (BHTrans, SLU, Sudecap, Urbel e administração direta) e de Juiz de Fora, engenharia consultiva (Sinaenco) e público federal (CPRM)

Além do contato direto com os engenheiros e as tradicionais

assembléias gerais que definem os rumos das negociações, uma linha de comunicação direta e permanente está aberta com todos os engenheiros da base do sindicato. No site do Sindicato ([www.sengemg.org.br](http://www.sengemg.org.br)) está aberto um link especial para cada categoria em processo de negociação. Neste link, o engenheiro interessado pode contribuir para a pauta de reivindicações, apresentar sugestões durante todo o processo e estar permanentemente informado do andamento das negociações.

A expectativa do Sindicato é de que a participação cresça e com a maior mobilização da categoria as conquistas sejam am-

pliadas. E tanto os Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), firmados com empresas, como as Conven-

ções Coletivas de Trabalho (CCT), celebradas com sindicatos patronais, reflitam estes avanços.



## Acordo específico garante mínimo profissional na Cemig

Desde primeiro de março de 2007, todos os empregados da CEMIG graduados em cursos de Engenharia, Arquitetura, Engenharia Agrônoma e Engenharia Química que ocupam cargos que tenham como pré-requisito a formação em uma dessas áreas e que estejam enquadrados salarialmente no Plano de Cargos e Remuneração (PCR) com salário-base inferior ao salário mínimo estabelecido pela Lei 4950-A de 22 de Abril de 1966, fixado em 8,5 (oito e meio) salários mínimos vigentes, para jornada de 8 horas, terão direito a receber a diferença apurada entre o salário-base do empregado e o salário mínimo estabelecido pela referida Lei.

Esta conquista é resultado da luta histórica do Sindicato de Engenheiros pelo respeito à lei que instituiu o Salário Mínimo Profissional para a categoria e atende ao compromisso assumido pela Ce-

mig durante as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007, que se comprometeu em celebrar Acordo Coletivo Específico com o Senge-MG visando ajustar o salário-base inicial do empregado ocupante do cargo de Engenheiro ao estabelecido na lei.

O Acordo prevê, ainda, que o valor da "Complementação Salário-Base Profissional - Lei 4.950-A" será recalculado, individualmente, sempre que ocorrer o reajuste do salário mínimo nacional a que se refere a lei, quando do reajuste coletivo dos salários-base dos empregados da Cemig e quando houver aumento salarial por Progressão Horizontal (mérito) ou Progressão Vertical (promoção). E todas as parcelas remuneratórias incidentes sobre o salário-base incidirão, também, sobre a complementação.

A íntegra desse Acordo Coletivo Específico está disponível no site do Sindicato. ([www.sengemg.org.br](http://www.sengemg.org.br)).

## NEGOCIAÇÕES - 1º SEMESTRE 2007

DATA BASE	EMPRESA/SINDICATO PATRONAL	RAMO DE ATIVIDADE
1º ABR	SINDUSCON-JF	CONSTRUÇÃO CIVIL
1º MAI	CBTU	METROVIÁRIOS
1º MAI	PBH/BHTRANS/SLU/SUDECAP/URBEL	PÚBLICO MUNICIPAL
1º MAI	SINAENCO	ENG. CONSULTIVA
1º MAI	PREFEITURA-JF	PÚBLICO MUNICIPAL
1º MAI	CPRM	PÚBLICO FEDERAL

## Encontro prepara campanha de Furnas

A Campanha Salarial de Furnas já começou. Nos dias 28 de fevereiro a 4 de março aconteceu o 25º Encontro Nacional dos Trabalhadores de Furnas (ENTFU), na Colônia de Férias do Sinergia, em Praia Grande, São Paulo. O encontro teve como objetivo definir a pauta de reivindicações, bem como os rumos e estratégias para a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2007/2008 com a empresa, cuja data base é em novembro. A pauta

será encaminhada à empresa no próximo dia 10 de abril.

O ENTFU teve a participação de diversos delegados e diretores sindicais do Setor Elétrico brasileiro. O Senge Minas Gerais foi representado pelo presidente, Nilo Sérgio Gomes, pelo diretor 1º tesoureiro, Abelardo Ribeiro de Novaes Filho, pela diretora de Assuntos Comunitários, Laurete Sato e pelos integrantes da regional Sul, Paulo Roberto Mandello e João Batista Lopes Júnior.



# Engenheiros da PBH unificam campanha salarial

**O** Senge Minas Gerais e as lideranças da administração direta e indireta da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) vêm realizando reuniões, desde fevereiro, para planejar e organizar, de forma unificada, as campanhas salariais dos profissionais de nível superior. A conjugação de idéias e de esforços já começou a dar os primeiros frutos com o agendamento de assembleias de mobilização e de um curso de negociações coletivas, a ser ministrado pelo Dieese, visando o treinamento das lideranças que irão negociar com a PBH.

Outro passo concreto está sendo a unificação da pauta. Se todos os profissionais representados prestam serviço à população belo-horizontina e recebem do mesmo caixa, não tem sentido que haja tratamento tão diferenciado. Como ex-



Os engenheiros e engenheiras da PBH levaram as suas reivindicações ao prefeito Fernando Pimentel

plicar que a PBH pague R\$ 1.870,00 para um engenheiro e R\$ 3.100,00 para outro, com a mesma experiência e mesmo tempo de serviço?

A direção do Senge-MG conclama a todos os engenheiros e enge-

nheiras, geólogos e arquitetos que entrem nesta luta que é de todos nós. Devemos insistir na unificação da pauta e mais do que isto: devemos pressionar a Prefeitura para concordar em negociar conjuntamente. Não temos dúvidas que juntos somos mais fortes.

Os engenheiros e engenheiras da Sudecap e SLU, através de muita mobilização, obtiveram importantes conquistas no ano passado e já estão com as suas lideranças envolvidas na Campanha Unificada. Em breve, serão realizadas assembleias para deliberar sobre a pauta e sua unificação com as demais parcelas da categoria da PBH.

Na Urbel, os engenheiros, arquitetos e geólogos participaram de reunião com o Sindicato, oportunidade em que tomaram conhecimento da campanha unificada e traçaram as estratégias para a integração na campanha. Na segunda semana de abril, serão convocados os engenheiros e engenheiras da BHTRANS para o início da campanha salarial. Uma das discussões, que com certeza, fará parte da pauta é o cumprimento da lei 4.950A, que garante o pagamento do piso salarial.

## Consultoria define pauta de reivindicações

A Assembléia Geral dos engenheiros e demais trabalhadores nas empresas de Consultoria, realizada no dia 29 de março, aprovou os procedimentos para o início da Campanha Salarial visando a Convenção Coletiva de 2007/2008. A projeção das entidades sindicais é que as negociações deverão começar em meados de abril e para tanto contam com a mobilização e participação da categoria. Os principais itens da pauta a ser encaminhada para o SINAENCO são:

- Reajuste dos salários utilizando o mesmo índice que reajustou o salário mínimo, o que garante o cumprimento da lei 4.950A.
- Aumento real de 5% sobre os salários reajustados em 1º de maio de 2007.
- Pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) conforme tabela escalonada por empresa e nº de empregados.
- Reuniões periódicas dentro do expediente nos locais de trabalho para que as entidades sindicais possam receber críticas e sugestões dos trabalhadores.
- Plano de Assistência Médica
- Comissão de Saúde e Meio Ambiente

O Senge Minas Gerais considera que este é o momento propício para se conseguir avanços importantes, uma vez que o mercado está aquecido e as perspectivas de investimento em infra-estrutura são grandes. Com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em todas as áreas haverá uma presença fortíssima do setor de engenharia. Para viabilizar o PAC, vários segmentos da engenharia serão acionados e demandados, e o setor de engenharia consultiva, obviamente, será um dos primeiros, executando projetos que vão desde os estudos e análise de viabilidade até a elaboração do projeto de execução da obra.

Nesta campanha o Senge Minas Gerais tem ao seu lado os sindicatos de Desenhistas, Arquitetos, Administradores, Técnicos Industriais, Rodoviários, Técnicos Agrícolas, Topógrafos e das Secretárias.

## Administração direta pressiona por acordo

No dia 27 de março, mais de 50 engenheiros e engenheiras da administração direta da PBH fizeram um vigoroso ato público na porta da Prefeitura. Com o acordo de 2006 ainda pendente, a manifestação serviu para elevar a autoestima de trabalhadoras e trabalhadores valorosos, que lutam por seus direitos e que buscam resgatar a sua dignidade.

O prefeito recebeu as lideranças e demonstrou sensibilidade para negociar, já indicando sinalizações que se concretizadas podem se transformar em importantes conquistas. O prefeito Pimentel orientou seus assessores a buscar um acordo em 30 dias de forma a contemplar os anseios da

categoria, transformando-os em lei a ser enviada para a Câmara dos Vereadores.

O Sindicato está disposto a negociar pelo tempo necessário para se chegar a um acordo que atenda as principais reivindicações da categoria e que seja construído com a participação dos trabalhadores e de suas lideranças.

Esta foi a primeira vitória de uma luta que terá várias batalhas. A próxima delas é começar logo as reuniões da comissão. Depois é vencer os representantes do prefeito a incluir na lei os desejos dos trabalhadores. Feito isto, preparem-se para conseguir a aprovação da lei na Câmara dos Vereadores e por fim a sanção da lei pelo Prefeito.

### Plantão do Jurídico

Segunda-feira: 17h30 às 19h30 (Dra. Katarina)

Terça-feira: 17h30 às 19h30 (Dr. Nilson)

Quarta-feira: 17h00 às 19h00 (Dra. Katarina)

Quinta-feira: 17h00 às 19h00 (Dr. Nilson)

O atendimento é feito na sede do Senge Minas Gerais e as consultas devem ser agendadas pelo telefone (31) 3271-7355.

# Política do álcool e o transtorno bipolar

\* Alexandre Heringer Lisboa

Com a constatação científica do aquecimento global vinculado com as atividades antrópicas (IPCC/2007), o apelo por fontes renováveis e menos poluidoras – evito empregar a palavra *energia limpa* por não acreditar que exista de fato – aumentaram enormemente a atratividade comercial dos biocombustíveis líquidos (etanol e biodiesel principalmente).

Em decorrência disso, os derivados da cana-de-açúcar (álcool, açúcar e o bagaço) tornaram-se bens ainda mais valiosos. Com o avanço tecnológico e utilização da rota celulósica, o bagaço, as pontas e as folhas da cana, também se tornaram matérias primas de alta eficiência na produção de álcool e na cogeração, potencializando ainda mais nossa fantástica capacidade de produção. Além do açúcar, uma commodity centenária, o álcool está se transformando em nova commodity e oportunidade de negócios bilionários para o país.

Mas alguns fatos, decorrentes da própria movimentação mundial em torno das fontes renováveis, têm emitido sinais de preocupação com relação à nossa política de biocombustíveis, ameaçando transformá-la em atividade ambiental, social e economicamente insustentável. O primeiro sinal se refere à grave questão dos impactos negativos da ampliação desordenada da fronteira agrícola, que está sendo feita sem o devido controle e manejo sustentado. Ressalto o papel fundamental que as reservas vegetais cumprem na manutenção do ecossistema e na atenuação do problema de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

De fato, o boom da agroenergia tem provocado desmatamentos sem critérios, queimadas e uso inadequado dos recursos hídricos principalmente no Centro-Oeste, onde a monocultura da soja tem atropelado a sustentabilidade ambiental e energética e acirrado os problemas agrários. Um exemplo mineiro vem da região

do Triângulo, onde a cana-de-açúcar tem substituído as pastagens tradicionais, impactando o negócio agropecuário.

Também causa preocupação a opção preferencial do governo federal pela grande plantação de soja, que será a base do novo combustível H-Bio (mistura Diesel com óleo vegetal). Essa opção se não for corretamente implantada, vai impactar desfavoravelmente na inclusão da agricultura familiar no programa do Biodiesel, além de prejudicar a gestão de preços e estoques dos combustíveis líquidos em toda a cadeia.

Fundamentais questões se referem à formação de preços e estoques. Como conciliar preços de commodities internacionais com a demanda interna? Como garantir o abastecimento, caso preços disparem no exterior, uma vez que o açúcar e álcool, bem como o óleo de soja e o biodiesel, por exemplo, tem relação direta de valorização, por serem oriundos

da mesma matéria prima? Que papéis e limites terão o mercado e o governo? Como suportar a pressão dos lobbies do *agribusiness*?

Finalmente, o último grande problema é a ausência de um arcabouço regulatório forte, com autoridade política e legal de fato para barrar a priorização de interesses privados sobre o coletivo. Evidentemente, alguns interesses ligados ao grande agronegócio tremem ao som de palavras como meio ambiente e garantia de abastecimento interno, mas com certeza os interesses da sociedade tem que prevalecer sobre os privados.

Nesse contexto, sem uma política de gestão dos biocombustíveis eficiente e de longo prazo e marco regulatório que seja respeitado, uma eventual isenção de alíquota dos EUA sobre o álcool brasileiro, agora, poderá trazer impactos negativos para os consumidores e economia do país. A



recusa de Bush em reduzir a sobretaxa do etanol foi, nessa conjuntura, dialeticamente benéfica para o país, pois ajudará o Brasil a evitar um transtorno ético bipolar, com a euforia resultando em depressão.

Uma solução para compatibilizar os conflitos de preços, abastecimento interno e expansão, no caso dos biocombustíveis líquidos, deveria ter por base alguma solução que já foi colocada em prática com certo sucesso pelo novo modelo do setor elétrico: contratos de longo prazo, com planejamento da demanda e garantia de fornecimento.

Assim, as distribuidoras nacionais deveriam ser obrigadas a prover o seu mercado com alguma margem de segurança e prover o abastecimento através de leilões de compra. Os fabricantes (usinas), por sua vez, deveriam ser obrigados a colocar em leilão seus estoques futuros, com contratos de longo prazo, também com margem de segurança, para atender ao mercado interno. O governo, por sua vez, deveria manter um estoque regulador mínimo e otimizado, para mitigar uma eventual perturbação no mercado. Um agente regulador - talvez a própria ANP -, fiscalizaria todas essas atividades.

Além disso, uma política de incentivos para a cogeração, sólida e confiável, com garantia de compra mínima da eletricidade produzida, deveria se garantir, a fim de aumentar a eficiência global do ciclo da cana-de-açúcar e das oleaginosas. Os excedentes de produção, bem como as sobras na distribuição, poderiam ser livremente comercializados internamente ou exportados, garantindo assim sua expansão, mas de modo sustentável, para garantir o avanço ambientalmente correto da agroenergia.

\*Engenheiro Eletricista  
Mestre em Engenharia  
Mecânica - Março/2007

# Os desafios da mulher no século XXI

\* Dirlene Trindade Marques

O Sindicato dos Engenheiros, nos seus 60 anos de história em defesa dos direitos da categoria, quando se comemora o dia internacional das mulheres, não pode se eximir de discutir a situação das mulheres brasileiras, em especial, das engenheiras. A inserção das mulheres no espaço público como cidadã, está condicionada de um lado pela sua habilitação para o mercado de trabalho e de outro, pela posição na estrutura familiar. Esta articulação – da relação capitalista e do patriarcalismo – vai possibilitar que ela já entre no mercado de trabalho em situação de desigualdade.

Um rápido histórico para entender os avanços do movimento, que tem seu marco nos anos 50 e 60 quando a luta das mulheres pela igualdade ganha um novo impulso a partir da publicação do livro, da escritora francesa Simone de Beauvoir: "O Segundo Sexo". O livro estuda o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos de sua socialização, que a tornam alienada e treinada para ser apenas um apêndice do homem. Não se nasce mulher, torna-se mulher", é a síntese do livro. O movimento de mulheres se apropria deste estudo, buscando entender sua situação na sociedade, o que leva a uma explosão das lutas no mundo inteiro. Nos EUA, a mobilização teve como ponto de partida a publicação do livro "A Mística Feminina" de Betty Friedan, que busca explicar "o mal que não tem nome", a angústia do eterno feminino, da mulher sedutora e submissa.

A insatisfação com o cotidiano se alastra e as mulheres, agora mais educadas, vão à luta. Brasileiras, francesas, norte-americanas, suecas ganham as ruas: Nosso corpo nos pertence (na luta pelo direito ao aborto), O privado também é político (contra a violência) são algumas das bandeiras assumidas pelo mundo inteiro.

Como resposta a esta mobilização, as Nações Unidas (ONU) instituíram o ano de 1975 como o ano da mulher e 75/85, como a década da mulher. Crescem os recursos para financiar os movimentos, as lutas, as pesquisas científicas. No mundo social, onde os princípios masculinos e femininos atuam como ordenadores das relações sociais, as pesquisadoras buscam responder a questão: Por que o masculino indica superioridade e o feminino inferioridade?

Tanto a inferioridade feminina



quanto à superioridade masculina se expressa em práticas sociais, nas leis e instituições, que limitam os espaços e distribui seus membros. Por que a grande entrada das mulheres ao mercado de trabalho, ao mundo do conhecimento científico e da educação, ainda permanece subordinada ao poder masculino? Por que elas agora, ao entrar no mercado de trabalho ainda continuam responsáveis pelo espaço doméstico e, quando tem um grande companheiro, eles apenas "ajudam", no trabalho doméstico?

No Brasil, nestes últimos 31 anos, a vida das mulheres foi profundamente modificada. Foi uma revolução profunda em poucos anos, que tirou tudo do lugar e buscou recolocá-los diferente. Estas mudanças ocorreram com muita luta e nada foi fácil, é bom lembrar.

O notável crescimento no número de mulheres no mercado de trabalho, penetrando em quase todas as profissões é um feito notável. E, apesar de toda a luta, a divisão das tarefas pública e privadas, não aparece na agenda das organizações. O debate político só absorveu a participação feminina no âmbito do trabalho assalariado, deixando de levar em consideração as tarefas feitas no

espaço doméstico, que só por amor as mulheres prestam aos demais seres humanos. Apesar disso, muito se avançou: o controle dos processos contraceptivos possibilitou que se pudesse decidir quando e quantos filhos terão e aumentou a escolaridade. Mudou, também, a inserção das mulheres no mercado de trabalho: mais instruídas ingressam em boas ocupações, rompendo a barreira das tradicionais profissões femininas.

Este é o caso da profissão de engenharia, que há muito pouco tempo, as poucas mulheres que ousavam fazer da engenharia a sua profissão, tinham que estar preparadas para enfrentar o preconceito, as cobranças pela ousadia em entrar em um espaço tipicamente masculino. As engenheiras, situadas na alta escala do preparo profissional e dos salários, movem-se no setor que mais discrimina salarialmente a mulher. Todas as estatísticas mostram que a diferença salarial entre os quadros superiores é maior que nos quadros de nível médio e do operariado. Além disso, no setor privado as mulheres sofrem maior discriminação salarial do que no setor público. Todos os dados indicam que os homens sempre ganham mais, isso apesar de a proporção de mulheres altamente

qualificadas no mercado de trabalho ser em geral superior à dos homens.

Outra dificuldade consiste em elucidar que proporção dessa diferença salarial se deve realmente à pura discriminação. As mulheres, por exemplo, trabalham menos horas que os homens. Os motivos são que elas ocupam majoritariamente empregos em meio período (basicamente pela ausência de ofertas em tempo integral) e dedicam mais tempo às tarefas domésticas. Daí a luta feminista pela generalização dos serviços sociais de apoio às famílias, no cuidado das crianças e dos idosos, para que as mulheres tenham oportunidades para seguir sua carreira profissional depois de ter filhos. E, como num círculo vicioso, o menor salário e as menores expectativas de promoção desestimulam a mulher a participar mais do mercado de trabalho. O "abismo salarial", tem solução ainda mais difícil, se se levar em conta, sobretudo o desinteresse dos políticos para resolver o assunto. Não é um assunto prioritário nas agendas políticas.

Assim, no início deste novo século, a luta pelos direitos das mulheres parece vitorioso e esse debate pela plena cidadania feminina foi uma das maiores mudanças do século passado. Mas, se há um reconhecimento de que não há razão para salários diferenciados entre os sexos, o tema de oportunidades e de responsabilidades iguais ainda é uma luta em curso. A participação das mulheres no poder político, apesar de sermos mais de 50% da população, tem uma representação ínfima. No setor privado, a presença feminina em cargos decisórios também não destoa do setor público. Reverter esse quadro tem sido uma das reivindicações do movimento de mulheres brasileiras e também uma bandeira do movimento internacional.

A correção das desigualdades é uma responsabilidade de todos os que querem uma sociedade melhor. Por isso, todos têm de fazer o que está ao seu alcance: em casa, no trabalho, no lazer. Não há espaço para o arrependimento, para a acomodação fingindo que isto não lhe diz respeito. Temos de enfrentar o que é velho e negativo, para construir um mundo novo, baseado na igualdade e fraternidade.

## Participação nos sindicatos

*No movimento sindical, a participação também é muito restrita. Apesar disto, o Senge teve uma mulher em sua presidência, nas gestões de 90/92 e 92/95. Nos orgulhamos de ter tido a marca da transformação nas relações de gênero entre nós. Porém, reconhecemos a necessidade de buscar uma ampliação desta participação, devido ao nosso comprometimento com a democracia, com uma sociedade justa e igualitária, que não existe se não incorporamos lutas como o combate ao machismo. E, para que isto ocorra, precisamos ter você em nossos quadros de associadas e na direção de nossa entidade, buscando incorporar o "olhar de gênero" e buscando dar visibilidade e fortalecer as reivindicações das mulheres.*

(\*) Economista e assessora do Senge Minas Gerais

# ART garante segurança do profissional e da sociedade

**C**riada em 1977, através da lei 6486/77, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) veio para garantir aos profissionais registrados nos CREAs um cadastro de suas obras e serviços, cargos ou funções, cursos e prêmios. A ART é uma obrigação legal, uma garantia de bons serviços e segurança para toda a sociedade. Somente através da ART pode-se garantir a confiabilidade e competência do profissional contratado.

A ART define para efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo seu empreendimento, obra ou serviço, tendo o valor de um contrato. Mas, para isso, ela deve ser registrada no CREA de onde for executada a atividade técnica. A condição para que haja o registro da ART é que o profissional ou a empresa esteja registrado no Conselho e com a anuidade em dia.

Os benefícios que a ART traz para os profissionais são inúmeros. Entre eles estão a garantia de recebimento da remuneração pelo serviço prestado, a valorização profissional e a possibilidade de elaboração de um currículo oficial-legal no qual o profissional pode comprovar seus trabalhos.

Para a sociedade ela garante a qualidade do serviço, já que o engenheiro é o responsável pelo serviço e a Lei Federal 8078/90, que instituiu o Código do Consumidor, afirma nos artigos 50 e 74 que profissionais e empresas registrados no CREA, enquanto fornecedores, estão obrigados a emitir garantias contratuais e legais ao consumidor e deixar de fornecê-las caracteriza infração, com pena de detenção ou multa. Portanto, ao efetuar uma Anotação de Responsabilidade Técnica os engenheiros ganham como profissionais e como cidadãos.

É importante que se saiba que após o fim do contrato é preciso "dar baixa em uma ART". Isso significa que o profissional ou a empresa comunica ao

CREA o término de um contrato de prestação de serviços. Esse procedimento pode ser feito por meio de um requerimento ou assinatura de um termo conforme modelos próprios. A "baixa" determina o fim da

responsabilidade técnica assumida pelo profissional naquele empreendimento. O sindicato recomenda o seu preenchimento, pois seu valor é relativamente baixo para tanta segurança e valor agregado ao seu ato legíti-

mo e seguro.

Engenheiro, ao fazer sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), não esqueça do nosso código, o número é: 0060. Este deve ser colocado no campo 34 do formulário.

**CREA-MG**  
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

**SENGE-MG, HÁ 60 ANOS TRABALHANDO PELA VALORIZAÇÃO DA ENGENHARIA**

ENGENHEIRO, AO PREENCHER A ART, COLOQUE O CÓDIGO 0060 NO CAMPO ENTIDADE DE CLASSE. ASSIM, VOCÊ FORTALECE O SINDICATO NAS LUTAS EM DEFESA DA CATEGORIA

**senge**  
60 ANOS 1947-2007  
(31) 3271 7355  
WWW.SENGENG.ORG.BR